

NAI - Núcleo de Auditoria Interna

id: 10403452

Processo SEI n.º 2024-06138792

DECISÃO

ACOLHO em sua integralidade o parecer elaborado pelo Dr. Daniel Vianna Vargas, Juiz Auxiliar da Presidência, para APROVAR a proposta de alteração do Plano Anual de Auditoria – PAA 2025, elaborada no id. 9383340 e no id. 9383513 pela NAI-DIAUF. Retornem os autos ao NAI para que seja providenciada a publicação no Diário de Justiça Eletrônico, disponibilização no sítio do PJERJ e posterior encaminhamento ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no artigo 32, §§ 1º e 2º da Resolução nº 309 do CNJ, bem como no artigo 31, parágrafo único, do Ato Normativo TJ nº 16/2021.

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.
Desembargador RICARDO RODRIGUES CARDOZO
Presidente

PAA 2025 – alteração: 1) Considerando demanda institucional, sensível à Divisão de Auditoria de Finanças NAI-DIAUF, relativa à inscrição do Museu da Justiça nas Leis Federais de Incentivo à Cultura houve a inclusão da ação 14, Levantamento para conhecer o modelo de prestação de contas adotado pelo Museu da Justiça, na Lei Rouanet; 2) As ações 14 a 22 foram renumeradas (constando a partir do presente como 15 a 23), em razão da alteração mencionada no item 1.

ANEXO I						
PLANO ANUAL DE AUDITORIA DO NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA DO TJERJ – 2025						
Nº	Classificação / Setor do NAI / Área Auditada	Ações / Conhecimentos necessários	Vinculação legal/ Tema Estratégico	Risco e Relevância	Objetivo a ser alcançado	Cronograma
1	Classificação: Auditoria de Conformidade Setor do NAI: DIAGE/SEAGE Área Auditada: TJRJ	Ações: Avaliar a conformidade da documentação apresentada para cumprimento do módulo “Término de Mandato” à luz da Deliberação TCE-RJ Nº 248/2008 e, ao seu término, elaborar relatório. Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação contábil.	Vinculação legal: Artigos 48 a 50 da Res. TJ/OE 04/2023. Objetivos Estratégicos: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.	Risco: Inobservância dos preceitos normativos. Relevância: Atendimento às normas emanadas pelo TCE-RJ.	Objetivo a ser alcançado: Certificar-se da conformidade dos documentos e/ou elementos, correlacionando-os com a Deliberação TCE-RJ 248/2008.	Planejamento: 07 a 20/01/2025 Execução: 21 a 31/01/2025 Relatório: 03 a 10/02/2025
2	Classificação: Auditoria de Gestão Setor do NAI: DIAGE/SEAGE Área Auditada: TJRJ/ FETJ/ FUNARPEN/ FEEMERJ	Ações: Avaliar a conformidade das Prestações de Contas Anuais de Gestão dos Ordenadores de despesas sob os aspectos da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e, ao seu término, elaborar relatório que subsidiará o certificado de auditoria. Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação contábil.	Vinculação legal: Artigos 48 a 50 da Res. TJ/OE 04/2023. Objetivos Estratégicos: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.	Risco: Inobservância dos preceitos normativos. Relevância: Atendimento às normas emanadas pelo TCE-RJ.	Objetivo a ser alcançado: Certificar-se da conformidade dos documentos e/ou elementos, correlacionando-os com a Deliberação TCE-RJ 278/17.	Planejamento: 24/02 a 31/03/2025 Execução: 01/04 a 16/05/2025 Relatório: 19/05 a 30/05/2025

3	<p>Classificação: Auditoria de Conformidade</p> <p>Sector do NAI: DIAGE/SEAGE</p> <p>Área Auditada: TJRJ/ FETJ/ FUNARPEN/ FEEMERJ</p>	<p>Ações: Avaliar a conformidade da documentação relativa aos Tesoureiros ou Pagadores sob os aspectos da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e, ao seu término, elaborar relatório.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação contábil.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 48 a 50 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.</p>	<p>Risco: Inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Atendimento às normas emanadas pelo TCE-RJ.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Certificar-se da conformidade dos documentos e/ou elementos, correlacionando-os com a Deliberação TCE-RJ 278/17.</p>	<p>Planejamento: 24/02 a 31/03/2025</p> <p>Execução: 01/04 a 16/05/2025</p> <p>Relatório: 19/05 a 30/05/2025</p>
4	<p>Classificação: Auditoria de Conformidade</p> <p>Sector do NAI: DIAGE/SEAGE</p> <p>Área Auditada: TJRJ</p>	<p>Ações: Avaliar a conformidade da documentação relativa aos responsáveis por bens patrimoniais sob os aspectos da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e, ao seu término, elaborar relatório.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação contábil.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 48 a 50 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.</p>	<p>Risco: Inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Atendimento às normas emanadas pelo TCE-RJ.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Certificar-se da conformidade dos documentos e/ou elementos, correlacionando-os com a Deliberação TCE-RJ n.º 278/17.</p>	<p>Planejamento: 24/02 a 31/03/2025</p> <p>Execução: 01/04 a 16/05/2025</p> <p>Relatório: 19/05 a 30/05/2025</p>
5	<p>Classificação: Auditoria de Conformidade</p> <p>Sector do NAI: DIAGE/SEAGE</p> <p>Área Auditada: TJRJ e FEEMERJ</p>	<p>Ações: Avaliar a conformidade da documentação relativa aos responsáveis por bens em almoxarifado sob os aspectos da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e, ao seu término, elaborar relatório.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação contábil.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 48 a 50 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.</p>	<p>Risco: Inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Atendimento às normas emanadas pelo TCE-RJ</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Certificar-se da conformidade dos documentos e/ou elementos, correlacionando-os com a Deliberação TCE-RJ n.º 278/17.</p>	<p>Planejamento: 24/02 a 31/03/2025</p> <p>Execução: 01/04 a 16/05/2025</p> <p>Relatório: 19/05 a 30/05/2025</p>
6	<p>Classificação: Auditoria de Conformidade</p> <p>Sector do NAI: DIAGE/SEAGE</p> <p>Área Auditada: TJRJ</p>	<p>Ações: Avaliar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal e acompanhar as despesas com pessoal.</p> <p>Conhecimentos necessários: Equipe com conhecimento das técnicas de auditoria.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 48 a 50 da Res. TJ/OE 04/2023; art. 54 da LRF.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.</p>	<p>Risco: Inconsistência de dados</p> <p>Relevância: Fortalecimento da Governança Financeira/ Orçamentária, bem como o cumprimento da LRF.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Avaliar a conformidade do Relatório de Gestão Fiscal, quanto ao quadro específico do índice de despesas com pessoal do PJERJ e de disponibilidade de recursos financeiros, quando aplicável.</p>	<p>Relatórios Quadrimestrais</p>

7	<p>Classificação: Auditoria de conformidade</p> <p>Sector do NAI: DIAGE/SEAGE</p> <p>Área Auditada: SGPES</p>	<p>Ações: Auditoria para avaliar a conformidade do processamento de pagamento de remuneração, auxílios, adicionais e férias e a disponibilização de informações.</p> <p>Conhecimentos necessários: Equipe com conhecimento das técnicas de auditoria.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 48 a 50 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos</p>	<p>Risco: Inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Fortalecimento da Governança Institucional.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Avaliar a conformidade do tratamento de dados pessoais nos processos de pagamento de remuneração, auxílios, adicionais e férias e a disponibilização de informações.</p>	<p>Planejamento: 09/06 a 29/07/2025</p> <p>Execução: 30/07 a 30/10/2025</p> <p>Relatório: 31/10 a 28/11/2025</p>
8	<p>Classificação: Auditoria de Gestão.</p> <p>Sector do NAI: DIAUF / SEAUC e SEAFI.</p> <p>Área Auditada: TJRJ, FETJ, FUNARPEN e FEEMERJ.</p>	<p>Ações: Examinar as Prestações de Contas Anuais de Gestão dos Ordenadores de despesas sob os aspectos da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e elaborar relatório que subsidiará o certificado de auditoria.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação contábil.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 51 a 54 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.</p>	<p>Risco: Inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Atendimento às normas emanadas pelo TCE-RJ.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Certificar-se da aderência dos documentos e/ou elementos, às exigências da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e seus anexos.</p>	<p>Planejamento: 17/02 a 04/04/2025</p> <p>Execução: 07/04 a 16/05/2025</p> <p>Relatório: 19/05 a 30/05/2025</p>
9	<p>Classificação: Auditoria de Gestão.</p> <p>Sector do NAI: DIAUF / SEAUC.</p> <p>Área Auditada: TJRJ, FETJ, FUNARPEN e FEEMERJ.</p>	<p>Ações: Examinar os documentos e elementos relativos às Prestações de Contas dos Tesoureiros ou Pagadores sob os aspectos da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e elaborar relatório que subsidiará o certificado de auditoria.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação contábil.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 51 a 54 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.</p>	<p>Risco: Inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Atendimento às normas emanadas pelo TCE-RJ.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Certificar-se da aderência dos documentos e/ou elementos, às exigências da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e seus anexos.</p>	<p>Planejamento: 17/02 a 04/04/2025</p> <p>Execução: 07/04 a 16/05/2025</p> <p>Relatório: 19/05 a 30/05/2025</p>

10	<p>Classificação: Auditoria de Gestão.</p> <p>Sector do NAI: DIAUF / SEAUC.</p> <p>Área Auditada: TJRJ.</p>	<p>Ações: Examinar os documentos e elementos relativos às Prestações de Contas dos responsáveis por bens patrimoniais sob os aspectos da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e elaborar relatório que subsidiará o certificado de auditoria.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação contábil.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 51 a 54 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.</p>	<p>Risco: Inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Atendimento às normas emanadas pelo TCE-RJ.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Certificar-se da aderência dos documentos e/ou elementos às exigências da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e seus anexos.</p>	<p>Planejamento: 17/02 a 04/04/2025</p> <p>Execução: 07/04 a 16/05/2025</p> <p>Relatório: 19/05 a 30/05/2025</p>
11	<p>Classificação: Auditoria de Gestão.</p> <p>Sector do NAI: DIAUF / SEAUC.</p> <p>Área Auditada: TJRJ e FEEMERJ.</p>	<p>Ações: Examinar os documentos e elementos inerentes às Prestações de Contas dos responsáveis por bens em almoxarifado sob os aspectos da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e elaborar relatório que subsidiará o certificado de auditoria.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação contábil.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 51 a 54 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.</p>	<p>Risco: Inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Atendimento às normas emanadas pelo TCE-RJ.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Certificar-se da aderência dos documentos e/ou elementos às exigências da Deliberação TCE-RJ nº 278/17 e seus anexos.</p>	<p>Planejamento: 17/02 a 04/04/2025</p> <p>Execução: 07/04 a 16/05/2025</p> <p>Relatório: 19/05 a 30/05/2025</p>
12	<p>Classificação: Auditoria</p> <p>Sector do NAI: DIAUF / SEAFI.</p> <p>Área Auditada: SGCOL</p>	<p>Ações: Auditoria para avaliar os controles internos na gestão de processos de trabalho de contas vinculadas de contratos de serviços.</p> <p>Conhecimentos necessários: Equipe com conhecimento das técnicas de auditoria.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 51 a 54 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivo Estratégico: Aprimoramento das políticas de Controle Interno.</p>	<p>Risco: Falta de controles internos e inobservância dos preceitos normativos</p> <p>Relevância: Transparência na atuação da Administração Pública.</p> <p>Elementos de Controle: Atividades de Controle.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Conhecer e avaliar os controles exercidos nos processos de trabalho relativos à gestão de contas vinculadas de contratos de serviços</p>	<p>Planejamento: 02/06 a 15/08/2025</p> <p>Execução: 18/08 a 31/10/2025</p> <p>Relatório: 03 a 28/11/2025</p>
13	<p>Classificação: Auditoria.</p> <p>Sector do NAI: DIAUF / SEAUC.</p> <p>Área Auditada: SGPCF</p>	<p>Ações: Auditoria para avaliar os controles internos na fase da execução orçamentária dos processos de trabalho da etapa da liquidação da despesa.</p> <p>Conhecimentos necessários: Equipe com conhecimento das técnicas de auditoria.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 51 a 54 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivo Estratégico: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos.</p>	<p>Risco: Falhas nos processos de trabalho; inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Transparência na atuação da Administração Pública.</p> <p>Elementos de Controle: Atividades de Controle.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Avaliar os controles exercidos nos processos de trabalho inerentes à liquidação da despesa orçamentária.</p>	<p>Planejamento: 02/06 a 15/08/2025</p> <p>Execução: 18/08 a 31/10/2025</p> <p>Relatório: 03 a 28/11/2025</p>

14	<p>Classificação: Levantamento.</p> <p>Sector do NAI: DIAUF/SEAUC</p> <p>Área Auditada: Museu da Justiça SGCOL</p>	<p>Ações: Levantamento para conhecer o modelo de prestação de contas adotado pelo Museu da Justiça, na Lei Rouanet.</p> <p>Conhecimentos necessários: Equipe com conhecimento das técnicas de auditoria.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 51 a 54 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivo Estratégico: Aprimoramento das políticas de controle interno.</p>	<p>Risco: Inobservância dos preceitos normativos.</p> <p>Relevância: Transparência na atuação da Administração Pública.</p> <p>Elementos de Controle: Atividades de Controle.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Conhecer o modelo de prestação de contas adotado pelo Museu da Justiça.</p>	<p>Planejamento: Execução: 60 dias (Decisão Presidencial) Relatório:</p>
15	<p>Classificação: Auditoria</p> <p>Sector do NAI: DIAOP/SEAOP</p> <p>Área Auditada: SGSEI</p>	<p>Ações: Auditoria para avaliar os controles internos referentes à segurança eletrônica e às telecomunicações.</p> <p>Conhecimentos necessários: Ao menos um membro da equipe com conhecimento em técnicas de auditoria.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 55 a 57 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Aprimoramento das políticas de controle interno; aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações; aprimoramento logístico do PJERJ.</p>	<p>Risco: Obsolescência dos controles internos referentes à segurança eletrônica; falha no processamento de informações relevantes por inadequação dos sistemas de telecomunicações.</p> <p>Relevância: Melhoramento contínuo da segurança institucional e dos sistemas tecnológicos de comunicação.</p> <p>Elementos de Controle: Atividades de Controle.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Avaliar a eficácia dos controles internos adotados no PJERJ no tocante aos serviços de segurança eletrônica e de telecomunicações.</p>	<p>Planejamento: 07 a 24/01/2025 Execução: 27/01 a 17/02/2025 Relatório: 18 a 28/02/2025</p>
16	<p>Classificação: Auditoria coordenada pelo CNJ</p> <p>Sector do NAI: DIAOP/SEAOP</p> <p>Área Auditada: A ser definida após o envio do Plano de Trabalho pelo CNJ.</p>	<p>Ações: A ser definida pelo CNJ.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento em técnicas de auditoria.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 55 a 57 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: A ser definido após o envio do Plano de Trabalho pelo CNJ.</p>	<p>Risco: A ser definido pelo CNJ</p> <p>Relevância: A ser definido pelo CNJ</p> <p>Elemento de controle: A ser definido após o envio do Plano de Trabalho pelo CNJ.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: A ser definido pelo CNJ.</p>	<p>Planejamento: 03/03 a 11/04/2025 Execução: 14/04 a 30/05/2025 Relatório: 02 a 30/06/2025</p>
17	<p>Classificação: Auditoria</p> <p>Sector do NAI: DIAOP/SEAOP</p> <p>Área Auditada: SGTEC</p>	<p>Ações: Auditoria para avaliar a eficácia da gestão de sistemas de TIC.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento em técnicas de auditoria.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 55 a 57 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Aprimoramento dos sistemas institucionais e geração de inovações; aprimoramento da governança de TIC; aprimoramento das políticas de controle interno.</p>	<p>Risco: Não padronização dos procedimentos de desenvolvimento de software e de sua gestão.</p> <p>Relevância: Melhora da eficácia dos serviços de TIC no PJERJ</p> <p>Elemento de controle: Atividades de Controle.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Avaliar a eficácia dos controles internos adotados no PJERJ referentes à gestão de sistemas de TIC.</p>	<p>Planejamento: 01/07 a 08/08/2025 Execução: 09/08 a 03/10/2025 Relatório: 06/10 a 28/11/2025</p>

18	<p>Classificação: Auditoria</p> <p>Sector do NAI: DIAOP/ SEAOS</p> <p>Área Auditada: SGLOG</p>	<p>Ações: Auditoria nos controles dos serviços de manutenção de engenharia nos prédios em garantia – Obra de Reforma do Centro Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro-Readequação.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e dois em engenharia.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 55, 56 e 58, da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Aprimoramento da segurança dos magistrados, servidores e edificações; infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional; aprimoramento logístico do PJERJ; promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos; aprimoramento das políticas de controle interno.</p>	<p>Risco: Inconsistência nos controles exercidos, podendo acarretar a perda da garantia.</p> <p>Relevância: Cumprimento de preceitos legais, normativos e contratuais relativos à garantia de obras.</p> <p>Elemento de controle: Atividades de Controle.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Verificar os controles exercidos no tocante ao monitoramento da execução de serviços da obra em período de garantia e registrar pendências detectadas pela equipe do NAI, com vistas ao integral cumprimento contratual, evitando que tais reparos (manutenções) sejam realizados às expensas do PJERJ.</p>	<p>Planejamento: 07/01 a 27/01/2025</p> <p>Execução: 28/01 a 07/03/2025</p> <p>Relatório: 10/03 a 11/04/2025</p>
19	<p>Classificação: Auditoria</p> <p>Sector do NAI: DIAOP/ SEAOS</p> <p>Área Auditada: SGLOG</p>	<p>Ações: Auditoria para avaliar a eficácia dos controles internos no PJERJ referentes à contratação para fornecimento e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e dois em engenharia.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 55, 56 e 58, da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional; Aprimoramento logístico do PJERJ; Aprimoramento das políticas de controle interno; promoção da gestão sustentável ambiental, de contratações, de documentos e qualidade de vida.</p>	<p>Risco: Inconsistência nos controles do fornecimento e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica.</p> <p>Relevância: Cumprimento de preceitos legais, normativos e contratuais relativos ao fornecimento e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica.</p> <p>Elemento de controle: Atividades de Controle.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Avaliar a eficácia dos controles internos adotados no PJERJ no que tange ao fornecimento e instalação de Sistema de energia solar fotovoltaica, com vistas a identificar oportunidades de melhoria e apoiar a minimização dos riscos par o integral cumprimento contratual.</p>	<p>Planejamento: 14/04 a 30/05/2025</p> <p>Execução: 02/06 a 31/07/2025</p> <p>Relatório: 04/08 a 29/08/2025</p>
20	<p>Classificação: Auditoria</p> <p>Sector do NAI: DIAOP/ SEAOS</p> <p>Área Auditada: SGLOG</p>	<p>Ações: Auditoria nos controles de medição em contrato de obras ou serviços de engenharia.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e dois em engenharia.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 55, 56 e 58, da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos estratégicos: Promoção da melhoria dos resultados da aplicação de recursos públicos; aprimoramento da segurança dos magistrados, servidores e edificações; infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional; aprimoramento logístico do PJERJ; aprimoramento das políticas de controle interno.</p>	<p>Risco: Inconsistência na medição dos serviços executados no período.</p> <p>Relevância: Cumprimento de preceitos legais, normativos e contratuais relativos à medição de obras ou serviços de engenharia.</p> <p>Elemento de controle: Atividades de Controle.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Avaliar a compatibilidade entre os serviços efetivamente executados e os que constam como pagos na medição, referente ao período analisado, bem como a eficácia dos controles adotados pelo PJERJ para aferir os serviços.</p>	<p>Planejamento: 01 a 25/09/2025</p> <p>Execução: 26/09 a 07/11/2025</p> <p>Relatório: 10 a 28/11/2025</p>

21	<p>Classificação: Auditoria Interna Consultoria.</p> <p>Sector do NAI: DITEC / SECAC e SEACE</p> <p>Área Auditada: Todas as Unidades do PJERJ</p>	<p>Ações: Prover apoio ao Controle Externo – TCE-RJ. Elaborar parecer sobre a conformidade da documentação apresentada para atendimento às exigências do TCE-RJ</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação jurídica.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 59 a 62 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Aprimoramento das políticas de Controle Interno.</p>	<p>Risco: Inobservância dos prazos e exigências do TCE/RJ. Recebimento de sanções por parte do TCE-RJ.</p> <p>Relevância: Certifica-se do cumprimento das exigências e determinações do TCE-RJ.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: Zelar pela qualidade das informações prestadas em atendimento às exigências do TCE-RJ tempestivamente.</p>	Contínuo.
22	<p>Classificação: Auditoria Interna Consultoria.</p> <p>Sector do NAI: DITEC / SECAC e SEACE</p> <p>Área Auditada: Todas as Unidades do PJERJ</p>	<p>Ações: Realizar consultoria, por meio da elaboração de estudos e pareceres sob demanda da Administração Superior.</p> <p>Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria e um com formação jurídica.</p>	<p>Vinculação legal: Artigos 59 a 62 da Res. TJ/OE 04/2023.</p> <p>Objetivos Estratégicos: Aprimoramento das políticas de Controle Interno.</p>	<p>Risco: Ineficácia dos Controles Internos</p> <p>Relevância: Aperfeiçoamento institucional através do compartilhamento do conhecimento da atividade de auditoria interna através da realização de consultoria.</p>	<p>Objetivo a ser alcançado: a) realização de estudos e elaboração de pareceres demandados pela Administração Superior sobre temas pertinentes à gestão administrativa, controles internos e gerenciamento de riscos do PJERJ, utilizando-se quando necessário do apoio dos demais técnicos do Núcleo de Auditoria Interna que tenham conhecimentos específicos; b) acompanhamento e avaliação do impacto das inovações normativas, bem como das decisões dos órgãos de controle externo e dos tribunais superiores sobre gestão administrativa, controles internos e gerenciamento de riscos do PJERJ e, quando demandado pela administração superior, se manifestar por meio de pareceres e estudos; c) pesquisar novos instrumentos e tecnologias na área de gestão, de controle interno e de gerenciamento de riscos em instituições privadas e órgãos públicos, com vistas a estabelecer práticas de benchmarking.</p>	Sob demanda.

23	Classificação: Monitoramento Sector do NAI: DIMON / SEMON e SEMOA Área Auditada: Todas as Unidades do PJERJ	Ações: Monitoramento da implementação das terminações decorrentes de relatórios de auditoria. Conhecimentos necessários: Pelo menos um membro da equipe com conhecimento das técnicas de auditoria.	Vinculação legal: Artigos 63 a 66 da Res. TJ/OE 04/2023. Objetivos Estratégicos: Aprimoramento das políticas de Controle Interno.	Risco: Não implementação das determinações presidenciais oriundas dos relatórios de auditoria. Relevância: Certificar-se da implementação das determinações presidenciais.	Objetivo a ser alcançado: Avaliar a implementação de ações para dar cumprimento às determinações presidenciais decorrentes de auditorias, os benefícios efetivamente alcançados, bem como nos casos de não cumprimento, os fatores que dificultaram a adoção das medidas.	Contínuo.
----	--	---	---	--	--	-----------

Observação: durante a fase de planejamento das auditorias internas poderá ser identificada a necessidade de inclusão de outras unidades auditadas, o que ensejará a republicação deste Anexo do PAA para ajuste da informação.

Departamento de Precatórios Judiciais

id: 10395467

DEPJU - SERVIÇOS

Decisões

Expediente do dia: 09/01/2025

P.A. No 00000054/2024 - MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL - FLÁVIO JUNQUEIRA PERALTA (OAB/RJ148347)
Considerando o certificado em id. 1176, determino: 1. aboficie-se ao Secretário Estadual de Fazenda, COM URGÊNCIA, para que retenha imediatamente os repasses previstos no parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal, relativamente ao Município de Paraíba do Sul, até o valor correspondente ao devido no mês de dezembro/2024, na quantia de R\$ 892.474,85, depositando-os na conta especial referida no art. 101 do ADCT; 2. abretenham-se os recursos referentes aos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, relativamente ao Município de Paraíba do Sul, até o valor correspondente ao devido no mês de dezembro/2024, na quantia de R\$ 892.474,85, transferindo-os para a conta especial referida no art. 101 do ADCT, o que deverá ser feito por meio de bloqueio eletrônico de recursos na conta bancária em que depositados, conforme o disposto na Portaria STN/MF n. 1.503, de 28 de novembro de 2023; 3. aboficie-se ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas nos termos do art. 104, II, do ADCT e no art. 66, I, da Resolução CNJ n. 303/2019; 4. abinclua-se o ente devedor inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT). Oficie-se ao TRT/RJ para ciência; e 5. abinclua-se o ente devedor no Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), mantido pelo Ministério da Gestão de e da Inovação em Serviços Públicos, mediante a expedição de ofício que deverá ser protocolizado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-da-gestao-e-da-inovacao-em-servicos-publicos> 6. abUltrapassado o prazo de 30 dias sem que as medidas acima tenham sido capazes de regularizar a situação de inadimplência, intime-se o ente devedor na forma do art. 68, da Resolução CNJ n. 303/2019 para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar o pagamento, promovê-lo ou apresentar informações, sob pena de sequestro. Transcorrido in albis, voltem conclusos para a realização do sequestro previsto no art. 104, I, do ADCT e no art. 66, IV, da Resolução CNJ n. 303/2019. Publique-se e intime-se.

P.A. No 00000076/2024 - MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - JANUZA BRANDAO ASSAD SANTOS (OAB/RJ161600) - PROCURADOR DO MUNICÍPIO (OAB/TJ000009) - VALFRAN DE AGUIAR MOREIRA (OAB/RJ173848) Diante da certidão em id. 3089, intime-se o Município de São Gonçalo para, em 5 dias, indicar conta corrente com vistas ao recebimento do saldo apurado. Informada a conta no prazo, transfira-se o saldo. Expirado in albis o prazo, determino a utilização do referido saldo para o adimplemento do plano de pagamento de 2025 do referido Ente Público.